Conselho Municipal da Habitação deverão receber a ata da reunião anterior, a pauta da futura reunião e, em avulso, os documentos relativos às matérias objeto da pauta, com antecedência mínima de 10 (dez) dias. As atas de reunião serão publicadas no Diário Oficial da Cidade de São Paulo, após sua aprovação pelo Conselho Municipal da Habitação. Somente os titulares têm direito a voz e a voto nas reuniões. Os suplentes somente têm direito a voz e a voto nas ausências justificadas do Conselheiro titular, bem como na hipótese de assumir o cargo por perda de mandato do titular. Ausência justificada é aquela comunicada, por escrito, à Secretaria Executiva do CMH, pelo titular ou suplente, até o início da reunião, ou data posterior, quando por motivo de força maior não for possível apresentá-la, naquele ato. Solicitações de voto: os Conselheiros poderão enviar solicitações de voto que deverão conter enunciado sucinto do objeto da pretensão, histórico ou justificativa do pleito, minuta de resolução e, se for o caso, anexo contendo parecer técnico e outras informações pertinentes. As solicitações de voto deverão ser encaminhadas à Secretaria Executiva com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência para que entrem na pauta da próxima reunião ordinária. Fontes de recursos do Fundo Municipal de Habitação: dotação orçamentária, à qual serão carreados também os recursos repassados ao Município decorrentes da elevação das alíquotas de tributos federais ou estaduais sempre que, na origem, estejam vinculados ao incremento da produção habitacional; créditos suplementares a ele destinados; os retornos e resultados de suas aplicações; multas, correção monetária e juros em decorrência de suas operações; contribuições ou doações de outras origens; os de origem orçamentária da União e do Estado, destinados a programas habitacionais; os derivados de operações interligadas, na forma regulamentada em lei própria e de operações em parceria com o setor privado voltadas exclusivamente à produção de empreendimentos habitacionais; os provenientes de empréstimos internos e externos; os originários de empréstimos concedidos por autarquias, empresas ou administração indireta do Município, direcionados a programas habitacionais de interesse social, voltados a seus servidores; outros recursos destinados a programas habitacionais. Essa é a síntese de todo o funcionamento do conselho e do Fundo Municipal. Muito obrigado. **Sr. Sidnei** - Acho que, dentro da pauta, existem alguns GTs já prontos, mas acho que, pelo tamanho da problemática da cidade, pelas condições de coisas que existem hoje, talvez poderíamos pensar em algumas comissões temáticas ou GTs, para pensarmos nas coisas mais emblemáticas que temos que discutir na cidade. **Sr. Floriano** - Vamos considerar isso, Sidnei. À medida que vão aparecendo os problemas, podemos formar um GT ou uma comissão temática, para discutir. **Sra. Ana Maria** – Está previsto no Item 8 da pauta de as pessoas indicarem os temas que elas querem, para realização desses grupos. Vamos explicar o Regimento Interno dos grupos de trabalho. E aí podemos abrir a discussão para a participação desses grupos. **Sr. Dito** - A próxima reunião do CMH, da Executiva, está marcada para o mês de agosto. E o prazo para apresentarmos a solicitação de voto é dia 04 de agosto, segunda-feira. Hoje é sexta-feira e não temos a menor condição de fazermos uma reunião a partir das sugestões, das questões, do conteúdo, que está sendo tratado aqui, para apresentar uma solicitação de voto na segunda-feira! Então, queria sugerir, apresentarmos o voto e sugerimos o conteúdo depois, ou, como hoje é a primeira reunião, que o conselho considere abrir uma excepcionalidade para que possamos fazer a solicitação de voto talvez três ou quatro dias depois. **Sra. Ana Maria** – Dito, esse é um assunto que está na proposta de agenda da pauta, e podemos fazer alterações neste momento. **Sr. Floriano** - Agora, vamos fazer uma rápida apresentação do balanço das atividades da Secretaria de Habitação e da COHAB. **Sra. Márcia** – Bom dia a todos. A cidade vem crescendo, nos últimos anos, e hoje temos, numa estimativa do IBGE, cerca de 11 milhões e 800 mil pessoas morando nesta cidade, sendo que desses, 3 milhões habitam em situação precária. A partir daí, em 2006, 2009, muitos daqui devem ter acompanhado a inauguração do Plano Municipal de Habitação. Como ele careceu de participação popular, na Câmara, audiências públicas e discussão com a sociedade, o Ministério Público acabou por suspender a sua implementação e um novo Plano Diretor trouxe a necessidade de apresentarmos a revisão desse plano. O plano coloca para 2014 uma série de prioridades, por quadriênio, do que temos que investir primeiro, até 2024, para sanar toda a demanda habitacional e todo desafio que temos que cumprir. É isso que temos como tarefa: fazer a revisão até final deste ano. E o Plano Diretor Estratégico, sancionado, trouxe esse desafio para nós com diretrizes, deixando claro como temos que seguir essa revisão. Hoje, trabalhamos com dezessete perímetros, que foram considerados prioritários e que beneficiam, mais ou menos, 85 mil famílias. Para isso, estão em andamento à elaboração de projetos que integram a proposta de intervenção nos assentamentos, propostas de infraestrutura, não só do assentamento, mas como de toda a sub-bacia, e também propostas de projetos ligados às áreas habitacionais, como reassentamento de famílias, que, por ventura, precisem ser removidas. Atualmente, o programa já identificou mais ou menos quarenta terrenos para produção habitacional. Bom, vou falar um pouco do Plano de Metas, estabelecido nesta gestão. Trabalhamos com quatro metas. A Meta 35, Meta 36, Meta 37 e Meta 84. Hoje, temos boa parte disso mapeada no Habisp. Em termos de investimento, trabalhamos com o Plano Plurianual 2014/2017 e temos previstos recursos para atendimento dessas metas na ordem de R$6,8 bilhões, sendo que, para a Meta 35, R$1,4 bilhão; para a Meta 36, R$700 milhões; para a Meta 37, R$350 milhões; para a Meta 84, R$4,2 bilhões. Totalizando R$1,5 bilhão por ano. O Plano Plurianual trata de previsão orçamentária para os quatro anos. Ele trabalha com 2014, 2015, 2016 e 2017. É um instrumento de planejamento previsto e foram distribuídos recursos para os próximos anos vinculados a cada meta. Então, quando foi elaborado o Plano Plurianual, a preocupação foi vincular às metas dessa gestão, para que não trabalhássemos com recursos alheios àquilo que estamos planejando no município. **Sr. Dito** - E como está o cumprimento dos cronogramas? **Sra. Márcia** – A questão dos recursos depende bastante da discussão que trabalhamos nas LOAs, nas Leis Orçamentárias. No debate da Câmara, a cada ano, quando debatemos o orçamento sofremos corte ou alguma fonte de recursos deixa de existir para atender. Varia bastante. E isso é ano a ano, mas o principal é dizer que o Plano Plurianual é a base orçamentária de qualquer intervenção para qualquer cidade deste país. Se não estiver previsto no PPA, dificilmente, conseguimos propor outro gasto que não esteja previsto no PPA. **Sra. Júlia** - Quem acompanha o Plano Municipal de Habitação sabe que havia um primeiro quadriênio, que era de 2009 a 2012, e que pouca coisa do que havia sido planejado foi de fato implementado. Sabemos que comunidades, naquela linha da priorização, estavam previstas para ter intervenção no primeiro quadriênio e não tiveram, praticamente, nenhuma intervenção. Então, que fosse esclarecido como esse déficit, vamos dizer, do primeiro quadriênio está sendo incorporado. Se foi tudo jogado para frente, então, o que era primeiro quadriênio virou segundo, ou se as intervenções que estavam previstas para aquele primeiro quadriênio vão ser absorvidas e somadas às intervenções do segundo quadriênio. Como a Prefeitura está pensando em agir em relação a esse grande atraso que vimos na execução do plano? **Sr. Dito** - Vou dar um exemplo do Projeto Integrado Meninos I, que é na região Sudeste. Há famílias que receberam o recurso do Parceria Social em 2010, para poder começar a fazer os projetos, e concluir, mais ou menos, em 2013, 2014. Agora, em 2014, vai vão chegar para análise os projetos, segundo as informações do Alexandre. Em 2015, vai analisar e contratar. E vai começar em 2017. Sete anos as famílias vão ficar aguardando esses projetos! O Secretário de Habitação, no começo da gestão, praticamente, na primeira semana, disse que o Haddad, o Prefeito, havia ido para Brasília e conseguido quase R$ 4 bilhões de reais para poder fazer o Programa de Urbanização de Favelas. Queremos saber o que está acontecendo com o programa, porque, em nossa opinião, o Programa de Urbanização de Favelas em São Paulo está paralisado, não anda! Queremos saber como vai ficar o Programa de Urbanização de Favelas, detalhadamente, onde está esse dinheiro. **Sra. Márcia** – Relembrando que a idéia hoje é não nos aprofundarmos em nenhum conteúdo. A idéia é que façamos essa revisão no âmbito do conselho, com os senhores. Precisamos fazer essa revisão, que está prevista no Plano Diretor, como necessária e obrigatória, a ser apresentada à Câmara, até o final de 2014. **Sra. Maria Isabel** – No Plano de Metas, na parte orçamentária, os valores colocados aí, o número de unidades dividido por esses valores dá muito baixo. Os valores por família atendida, ou por unidade, que seja, em todos esses itens, unidades habitacionais, organização, regularização fundiária e proteção aos mananciais. Não ficou claro, porque dá muito baixo o valor. **Sra. Márcia** – Com relação à Meta 35, os recursos do "Minha Casa Minha Vida" não entram no orçamento. A produção habitacional, que consta na Meta 35 vai basicamente para desapropriação de terrenos e assistência, projetos, levantamentos necessários para o parcelamento, ou algum outro estudo. Então, a conta que devemos fazer não é isso por 55 mil, mas é porque boa parte da produção vem de recurso federal e não entra no orçamento. Com relação à urbanização de favelas, está previsto o término das obras em andamento e os projetos nesse quadriênio, a possibilidade de finalização dos projetos da Renova-SP e o início de obras de algumas unidades. Então, esse recurso não é para atender as 70 mil. É para finalizar o que está em andamento e para iniciar outras e, além disso, recursos para projetos. Com relação à regularização fundiária, é basicamente recursos para levantamento geotécnico e para outros estudos necessários. Boa parte disso é custeio da Casa, é nosso; é com técnicos nossos que realizamos isso. Eventualmente, alguma obra também para trazer a regularidade técnica. E o Programa Mananciais é o valor que foi fechado com recursos do PAC 2 para as obras. Meta 35, Produção Habitacional. Até o momento, atendemos 4,4% da meta. O monitoramento da meta está no site da prefeitura, no link da Secretaria de Orçamento e Planejamento. Qualquer cidadão pode acessar e ter mais informações sobre o andamento de todas as 123 metas do programa de governo dessa gestão. Mas, até agora, já entregamos 2.076 unidades. **Sr. Sidnei** - Está dentro do Plano de Metas a questão do Renova Luz, a questão de toda a discussão que havíamos feito lá, atrás, que estava dentro do Plano de Metas 2013? **Sra. Márcia** – Esse quadro que mostrei é de basicamente recursos destinados do PPA para as quatro metas, porém o próprio PPA tem outros recursos que não constam desse quadro, também para outras ações: Programa de Cortiços, áreas centrais. Com relação à produção de unidades habitacionais, fazemos o monitoramento diário, quase horário, porque estamos sempre atualizando com muita rapidez esses monitoramentos. E hoje temos distribuída a produção habitacional em diversos programas. Vão desde o Renova Centro até as unidades que construímos no âmbito da urbanização de favelas, do Renova, entidades, convênios com o CDHU, operações urbanas, mananciais e das unidades que estamos construindo para reassentar as famílias, que estão sendo removidas pelas obras do PAC na cidade, seja ele: PAC Mobilidade; PAC Drenagem e PAC Encostas. Além disso, há os terrenos da União também, que vamos transferir para o FDS. Então, esse monitoramento é feito programa a programa e hoje temos, entre unidades construídas, em obras, contratadas a iniciar, em chamamento da Caixa e em projetos de desapropriação concluídos, 88 mil unidades, já viabilizadas para os próximos quatro anos. Estamos trabalhando com 32 mil unidades do "Minha Casa Minha Vida" Entidades, nesse monitoramento. **Sr. Floriano** - Toda essa apresentação será disponibilizada na internet para consulta de todos os conselheiros. **Sra. Márcia** - Então, esse é o balanço geral. Isso, os senhores podem também acessar no Habisp, porque esses balanços também estão disponíveis lá já. Já temos 2.400 concluídas, 12.600 em obras e 53.800 contratadas. Em licitação, 2.100 e, em projeto, 17.000. Ou seja, como disse a pouco, 88.800 unidades habitacionais já viabilizadas perante a meta de 55 mil unidades. Já superamos. No momento, estamos trabalhando com 200 áreas em desapropriação, que correspondem a 61 mil unidades; 82 áreas com ação ajuizada, com uma estimativa de 12 mil unidades; 72 áreas em elaboração de planta probatória, numa estimativa de 24 mil unidades; e 46 áreas aguardando publicação do decreto, com uma estimativa de mais 24 mil unidades. Hoje, estamos trabalhando num universo de 190 mil unidades a serem viabilizadas nos próximos anos. A idéia é transformar a produção habitacional em algo perene na Prefeitura de São Paulo, que vá além dessa gestão e que seja acompanhada e monitorada por todos nós, para que, ano a ano, tenhamos uma boa quantidade de unidades a serem entregues à população. **Sr. Dito** - Queríamos ver qual o setor, onde estão os contratos, como acessamos isso. E também queríamos saber onde estão, porque vimos ali, parecem, 30 mil unidades. Não vi direito. Você pode voltar no slide para entendermos? **Sra. Márcia** - FDS. Estamos trabalhando com 63 concluídas; 1.100 em obras; em projeto de aprovação, 4.400; em estudo, 8 mil e, em planejamento, 18 mil. Foi esse o dado que chegou para nós. **Sr. Dito** - E essas 30 mil entidades? É a soma de tudo? Mas do quê? Do movimento? **Sra. Márcia** - Isso. Do FDS. **Sr. Floriano** - Contratado é diferente. São as 88 mil que estão viabilizadas. **Sr. Dito** - O que está na Caixa Econômica Federal e não está, seria importante que a Caixa pudesse trazer essa informação. Queremos monitorar para ver. Às vezes, o Governo diz o seguinte: "Vão ser construídas um milhão de casas". Mas, onde estão as casas. É igual o "Minha Casa Minha Vida", três milhões de moradia, mas sabemos que uma coisa é você fazer três milhões de moradia em todo país; uma coisa é o interior de São Paulo e outra coisa as regiões metropolitanas. Então, precisamos ver um pouco melhor essa questão sobre a sintonia de informação entre o que está na Caixa, no CDHU, contrapartida e tudo mais. No Conselho Municipal de Habitação, seria importante, se estiver dando ou não a contrapartida, que desse a informação de que foi dada a contrapartida; que a Caixa desse essa informação e a secretaria também, até para sabermos como estão os números nessa questão, nessa relação. **Sra. Márcia** - Tudo bem. Vamos tentar agilizar. **Sr. Sidnei** - Dentro de todo esse emaranhado de contratação, pergunto a você: está dentro o que é dos movimentos, está tudo dentro do pacote? **Sra. Márcia** - Nessa lista, constam todas as unidades que estão sendo construídas no Município de São Paulo, com recursos "Minha Casa Minha Vida", com recursos da CDHU, com recursos do Programa de Urbanização de Favelas e com recursos do PAC Mananciais. **Sr. Dito** - Tem que separar, Márcia. **Sra. Márcia** - Mas está separado aqui. **Sr. Dito** - Quando você fecha um pacote assim fica difícil de entendermos. **Sra. Júlia** - Só uma solicitação. Acho que ficaria muito mais claro para todos os conselheiros não só estar disponibilizado no site, mas que também nos fosse enviado. E não só essa apresentação, mas aquela planilha, para que tenhamos um controle social em cima dessa demanda e entender, porque, quando os senhores falam desses números, o que é das entidades, o que está sendo trabalhado pela prefeitura? E, Márcia, quando a senhora diz que está em obras, o que significa isso? Para quem está no dia a dia, na luta com a população, não está vendo obras, um número tão grande de obras ou um número tão grande de unidades entregues. O que significa estar em obras? **Sr. Floriano** - Está em andamento. **Sra. Júlia** - É importante disponibilizar aquele quadro para que haja, efetivamente, um controle social desses números, dessa produção. É uma solicitação. **Sr. Floriano** - Olha aí, em andamento, "Minha Casa Minha Vida", todos os empreendimentos que estão em obras têm um monitoramento, têm um status, onde está acontecendo, projeto, obra. Vocês vão ter tudo isso em mãos. Agora, as dúvidas pontuais, vamos resolver na próxima reunião. Hoje, estamos fazendo uma apresentação. **Sra. Verinha** - Secretário, só vi ali duas operações urbanas e há mais uma que está acontecendo, que é a Operação Urbana Consórcio Água Branca, que não está aí. **Sr. Floriano** - Não está ainda. Ainda não foi iniciada dentro do nosso planejamento. **Sra. Márcia** - Mapeamos todas as intervenções que pressupõem remoção de famílias e toda a produção habitacional. Ou seja, esses 88 mil já estão viabilizados. Temos procurado ofertar a essas famílias, que serão removidas, a produção habitacional mais próxima ao seu local de moradia atual, ou seja, a partir de determinada a intervenção, num raio de 2,5 km, verificar o que está sendo produzido, para ofertar a essas famílias unidades próximas ao lugar de remoção. Até na linha da transparência, está sugerido aqui que toda essa oferta habitacional para as demandas habitacionais esteja disponível até o final do ano também no Habisp. Meta 36, Urbanizações de Favelas. Hoje já atendemos 44% da meta. A meta inclui 42 favelas sendo urbanizadas, incluindo outras favelas em 17 perímetros de ação integrada pelo Programa Renova. O que está em obras hoje: Paraisópolis, Heliópolis, Sapé, Viela da Paz, Dois de Maio, Itaberaba 2, Lajeado II, Tiro ao Pombo, Jardim Guarani/Boa Esperança, Jd. São Francisco - Etapa 2, Cinco de Julho, Nove de Julho, Vitotoma Mastroroza, Bamburral/Árvore de São Tomás/Esperança, Córrego da Mina, Lidiane/Sampaio Corrêa e Jd. Continental/Parque das Flores. O número de famílias beneficiadas com urbanização: 45 mil. Número de famílias beneficiadas com unidades habitacionais, ofertadas para reassentamento: 7.400. E o número de famílias beneficiadas pelo Programa Renova: 84 mil. Meta 37: 200 mil famílias beneficiadas pelo Programa de Regularização Fundiária. Atendemos 10% da meta, sendo que, em áreas urbanizadas, em favelas, já regularizamos área para atendimento de 1.100 famílias; em empreendimentos irregulares, 2.200 famílias e, em loteamentos, 14 mil famílias. A proposta para esse ano é mais 1.200 em favelas urbanizadas e a regularização de 1.071 unidades empreendimentos e mais 3.800 lotes de loteamentos regulares. Previsão para 2015: 47.000. Meta 84, Programa Mananciais, 70 mil famílias beneficiadas. Em andamento, 28% da meta cumprida. Temos ainda a continuidade da fase 2. Então, já temos algumas ações concluídas, como obras emergenciais, de risco, fundação, reforma de guia e sarjeta, contenções e calçadas, e recomposição de pavimento. Estamos trabalhando com oito lotes de obras, totalizando 47.700 famílias nesse primeiro momento, como prioritário. É isso. Vamos ter oportunidade, como dissemos, de aprofundarmos mais essas informações. (Palmas) **Sr. Floriano** - Agora, uma apresentação, rápida, da COHAB. **Sr. João Canteiro** – Bom dia a todos. A COHAB trabalha na parte de apoio aos programas, obras e projetos, em geral, trabalhando com os recursos do Fundo Municipal de Habitação. A diretoria técnica normalmente está dando toda a parte de suporte para a viabilização das ações da política habitacional ligadas ao Fundo Municipal de Habitação e também com outros programas que a secretaria e município vão estar envolvidos. Entre eles, temos, nas atividades, que vêm a partir de 2013, uma parte dos mutirões. Durante esse período, entregamos 300 unidades habitacionais. Temos ainda, em obras de mutirão, aproximadamente, 220 unidades habitacionais. Temos também os empreendimentos viabilizados pelo convênio com a CDHU, que nesse período foram entregues 160 unidades. Temos aí 100 unidades em obras e um convênio de 386 unidades habitacionais, onde a COHAB, obviamente, trabalha integrada com a CDHU, na elaboração dessas obras e em todos os aspectos técnicos dela. Temos também a atuação da COHAB no programa federal, que é o OGU, onde temos uma série de obras, das quais, hoje, especificamente, temos em andamento duas obras e estamos em produção, dentro desse programa, de 84 unidades habitacionais. Especificamente, hoje, em duas obras no centro da cidade: Palacete dos Artistas e Asdrúbal do Nascimento. Temos ainda uma atividade muito forte da COHAB no suporte, no apoio para viabilização do Programa Minha Casa Minha Vida, onde temos várias subdivisões. Uma delas é o FAR, onde trabalhamos com a parte do Fundo de Arrendamento Residencial, tendo hoje, nesse período, 1490 unidades entregues e 2536 em obras. Estamos também realizando o chamamento empresarial, onde estamos viabilizando 9.147 unidades. E estão em estudo hoje para enquadramento dentro desse programa, especificamente, mais de 6 mil unidades habitacionais. Temos ainda a parte em que a COHAB também dá suporte, dá apoio para viabilização de empreendimento pelo FDS, obviamente, trabalhando junto com a SEHAB e com a Caixa Econômica Federal, para conseguir estruturar o funcionamento desse programa, com uma meta em estudo de 11 mil unidades habitacionais, especificamente, dentro do FDS. Esse é o Palácio dos Artistas. Esse é o antigo Hotel Cineasta. Aqui também o mutirão do Recanto da Felicidade, que estamos equalizando, e hoje estamos com 79% das obras executadas. A disposição da COHAB é justamente através da orientação do seu Presidente Abukater e a orientação do nosso Secretário Floriano. É justamente dar apoio técnico e operacional, a fim de conseguirmos que todas essas metas da política habitacional do município sejam atingidas. Muito obrigado. (Palmas) **Sr. Abraão** - Sr. Secretário, na gestão passada, nós, do conselho, fizemos uma crítica construtiva, principalmente, na questão dessa unidade relativa aos artistas. Na época, os movimentos, nós apresentamos vários prédios e, na calada da noite, na gestão passada, aprovaram isso aí para os artistas. Não somos contra, mas não houve participação alguma relativa à indicação de unidades que apresentamos aqui, na Região Central. E ganharam, desapropriaram e entraram com processo de reintegração em cima de nós, da Região Central. Não é que não tenha direito, mas é importante registrar isso. Por último, queria que constasse na ata que, na última audiência que tivemos relativa à Operação Urbana Água Branca, foi colocado pela prefeitura que existem recursos sim para construção de 600 unidades na Operação Urbana Água Branca. Só queria deixar registrado que foi colocado lá pelo Poder Público. **Sr. Floriano** - Existe já o recurso, mas os terrenos é que estão ainda sem a viabilização. E, no nosso planejamento, assim que o terreno é viável, ele entra nas nossas planilhas. Existe o recurso. **Sr. Floriano** - Vou passar a palavra para a Ana. Faremos a indicação de alguns conselheiros para a composição da Comissão Executiva do CMH. **Sra. Ana Maria** – Uma parte dos conselheiros compõe a Comissão Executiva. Três deles são membros natos, que são o Secretário da Habitação, o Secretário Adjunto e o Presidente da COHAB. Agora, precisamos, para formar essa Comissão Executiva, dos nomes dos suplentes. Então, do Poder Público, desses conselheiros, quem indicam para compor a Comissão Executiva. Pergunto ao Secretário Floriano: dentro dos nomes possíveis para indicação, Denise, João Leopoldo, da Márcia Terlizzi e Maria Tereza Soares, quem o senhor indica? **Sr. Floriano** - Indico Márcia Terlizzi como suplente. **Sra. Ana Maria** – Pergunto ao Dr. Marco Antônio Biasi quem será indicado para compor a Comissão Executiva. **Dr. Biasi** - A suplência para a Secretaria Adjunta é da Chefe de Gabinete Maria Tereza. **Sra. Ana Maria** – João Abukater, quem dos conselheiros que representam a COHAB irá fazer parte da Comissão Executiva, como suplente? **Sr. João Abukater** – Jair José Rodrigues será o suplente. Na Sociedade Civil, temos que ter a indicação de um representante das universidades, um para titular e um para suplente. Pergunto aos conselheiros, Débora Sanches, Júlia Moretti, Luiza Naomi e Rafael Conde, quem será o titular e quem será o suplente na Comissão Executiva. **Sra. Débora** - Conversamos aqui e nossa idéia é da Júlia ficar como titular, pela PUC, e eu, Débora, pela Belas Artes, como suplente. **Sra. Ana Maria** - A mesma pergunta faço para APEMEC, SINDUSCON e SECOVI, se já têm as pessoas que serão titular e suplente. **Sr. Marco Antônio Florenzano** – Das associações de sindicatos, APEMEC, Marco Antônio Florenzano, titular. E, SECOVI, Abelardo Campoy, suplente. **Sra. Ana Maria** - Pergunto aos Movimentos Populares quem é o titular e quem é o suplente. **Sr. Dito** - Maksuel é o titular e o Maldonado é o suplente. E o Sidnei é o titular e o companheiro Charlie Brown é o suplente do Sidnei, na Comissão Executiva. E o terceiro: titular, Felícia. E a Suplente é a Leandra. **Sra. Ana Maria** – O Charlie Brown é o José Alves Dias? **Sr. Dito** - O José Alves Dias é o nosso companheiro Charlie Brown. Na Comissão Executiva, os conselheiros podem ter apoio, uma assessoria para acompanhar? **Sra. Ana Maria** – Dito, a pessoa vem acompanhando o conselheiro, mas sem ter direito à palavra na reunião. Agora, entre IAB e SCIESP, quem seria o titular e o suplente? **Sr. Alexandre** - Do IAB, Caio será o titular. O suplente será o Tirelli. **Sr. Floriano** - Vamos passar para o Item 6 – Indicação de conselheiros do CMH para integrarem os seguintes conselhos: CAHEIS – Secretaria Municipal de Licenciamento que solicita um titular e um suplente dos Mov. Populares para integrarem o CAHEIS. Pedido feito através de ofício, de 03 de outubro de 2013. Vocês trouxeram a solução para essa indicação? **Sr. Dito** - Sim. Nos Movimentos Populares, é o companheiro Abraão, na titularidade, e, na suplência, a companheira Nilda. **Sr. Floriano** - Na mesma situação, Conselho Municipal de Planejamento e Orçamento Participativo. **Sr. Dito** - Titular, Carmen. E o suplente é o Chiquinho, que é o Francisco Carlos Barros. **Dr. Marcelo** - Nesse Item 6.2, os integrantes seriam do segmento da Sociedade Civil ou do seguimento dos Movimentos Populares. A sugestão que faço seria uma indicação de um titular e um titular do outro para que haja uma paridade nessa atuação junto ao Conselho Municipal. **Sr. Floriano** - A Mesa concorda. Há alguma objeção do Plenário? (Não há manifestação contrária) **Sra. Ana Maria** – Há algum candidato da Sociedade Civil que queira participar do Conselho Municipal de Planejamento e Orçamento Participativo? **Dr. Marcelo** - A sugestão seria a indicação do Dr. Abelardo, da Sociedade Civil, representando o SECOVI-SP. Quanto a ser titular ou suplente, na verdade, tanto faz, porque a idéia é que se trabalhe em conjunto, e até por uma questão de agenda. Um ano, um pode ser o titular. No outro ano, suplente. **Sr. Floriano** - E dos Movimentos Populares? **Sr. Sidnei** - Carmen. **Sr. Floriano** - Carmen e Abelardo. Decidiram que a Carmen vai ser a titular no primeiro ano. E o Dr. Abelardo será suplente. Daqui um ano trocam. Agora, o Fundo Nacional de Saneamento Ambiental e Infraestrutura – FMSAI – da Secretaria Municipal de Habitação. Também precisa de um titular e um suplente da Sociedade Civil, para o Conselho Gestor. **Sr. Dito** - No conselho passado, com todo o respeito ao companheiro Élcio, que cumpriu o papel, o Secretário de Habitação, Ricardo Leite, "tratorou" o movimento, nesse tema da questão do saneamento porque ele indicou os empresários. Tenho um respeito muito grande por ele, mas tenho liberdade de dizer. E, quando quisemos participar do processo, já haviam fechado, já tinham voto. Nós tínhamos minoria e não conseguimos. Então, que, neste momento, como os empresários participaram do outro conselho, que dessa vez a vaga ficasse para nós, do Movimento Popular. Podemos fazer um revezamento e, na próxima, serem os empresários. **Sr. Élcio** - Da nossa parte, não há qualquer... **Sr. Dito** - Obrigado, Élcio. **Sr. Élcio** - Queria fazer uma prestação de contas ao Conselho Municipal de Habitação, até porque, na gestão passada do Conselho, eu representava o conselho no Conselho Gestor do Fundo de Saneamento. A última reunião que eu participei foi no final de dezembro de 2011. Esse Conselho Gestor do Fundo de Saneamento continuou com suas reuniões até final de 2012. Por que participei até 2011? Porque foi quando terminou o mandato do Conselho Municipal de Habitação. Esse Conselho Gestor define onde os recursos do Fundo serão alocados. Então, no caso, os programas são de mananciais e de urbanização de favelas. Além disso, na metade de 2011, trouxe à mesa uma discussão para uma operação de antecipação de recursos do Fundo. Esse Fundo recebe recursos. O produto que a Sabesp arrecada por conta, da exploração do que ela faz no saneamento e na água, em percentual de 7.5%, vai para esse Fundo de Saneamento, que o município aplica, então, nesses programas de mananciais e de urbanização de favelas. Eu era o representante e, naquela oportunidade, foi colocado pelo Presidente do Conselho, à época, que era o Secretário Municipal de Habitação, Ricardo Pereira Leite, uma proposta de antecipação dos recursos arrecadados pela Sabesp, no caso o percentual, do orçamento de 2012. Ou seja, estava sendo proposta essa antecipação. E foi colocado se os conselheiros aprovariam. Eu, representando o Conselho Municipal de Habitação, por ser 2012 o último ano de gestão da atual prefeitura, não concordaria com aquela decisão. Isso foi o motivo que me levou à decisão contrária de aprovar a operação, pela cessão onerosa que a operação iria fazer aos cofres públicos. Votei contrariamente a essa proposta da Secretaria. Não estou aqui questionando. Não é isso. O recurso só poderia ser aplicado nos programas que constam do plano de investimentos do Fundo de Saneamento. A minha indagação, volto a dizer, estávamos falando de um orçamento, no último ano de governo, e por conta de um custo financeiro que se teria por conta da operação. Então, minha decisão foi nessa linha. Era essa a prestação de contas que queria dar aos senhores. (O Sr. Floriano deixa a reunião) **Sr. Dito** – Temos uma dúvida. No Conselho de Saneamento, já decidiu-se que vai respeitar qualquer indicação, seja empresário, seja Movimento Popular, seja ONG, seja qualquer um desse conselho, porque a indicação tem que ser feita do conselho, menos o representante do Poder Público. No meu entendimento, acho que até do Poder Público, porque a indicação é do CMH. Mas, por caráter ético, moral e tudo mais, a indicação deveria ser pelo membro da Sociedade Civil, em geral, no âmbito dos conselheiros. **Dr. Abelardo** - O regulamento foi estabelecido para que tirássemos aqui três nomes. Na primeira comissão, o membro a ser indicado sai dos movimentos sociais, exclusivamente. Estamos respeitando isso. Na segunda comissão, os dois seguimentos da sociedade estão contemplados. Atendendo à proposta do Dr. Marcelo, nós nos compusemos. Na terceira comissão, que é essa que representa o Fundo Municipal de Saneamento, o indicado sai da Sociedade Civil, mas só dos empresários. Acho que os senhores não estão respeitando isso. Isso é claro. **Sra. Júlia** - De minha parte, sou favorável a que se divida. Não tenho nada contra a proposta. Agora, se dentro do segmento há divergências, por parte dos empresários, que se vote entre os segmentos e aceitamos que o movimento participe como representante da Sociedade Civil. E acho que temos que ver, por uma questão de ordem, dentro da Sociedade Civil, quem são os candidatos que estão se disponibilizando a integrar esse conselho, porque há outras pessoas interessadas e não somente os empresários. Esse segmento é mais amplo do que só empresários. **Dr. Abelardo** - Quando me referi aos empresários, entendi que os Movimentos Sociais não fariam parte, mas os demais segmentos da sociedade, tal como a senhora citou, têm direito sim a participar. **Dra. Denise** - Na lei que rege o Fundo Municipal de Saneamento, existem duas divisões: os representantes do Poder Público e os representantes da Sociedade Civil. Na Lei do Fundo, a Sociedade Civil é genérico, é amplo. Então, ela não define a qual parcela da Sociedade Civil seria indicada a representação. Não tem relação, pelo menos, na Lei do Fundo, da identidade de qual Sociedade Civil e qual seguimento está sendo representado. Então, também, nessa questão, acabei de consultar a Dra. Vera, mais uma vez, e o entendimento jurídico da assessoria do conselho é que é Sociedade Civil de forma genérica, independente da regra de cada conselho específico que indique seu representante. **Sra. Maria Isabel** – O que está escrito aqui, no Item 6.1, é uma solicitação da indicação de um membro titular e suplente, dentro dos conselheiros dos Movimentos Populares. A outra questão que quero colocar aqui é que acho que tem que fazer a composição para representação no Fundo Municipal de Saneamento Ambiental, mas já está esclarecido que é da Sociedade Civil. Então, nós, da assessoria, e outros conselheiros, podemos também se candidatar e estamos aqui nos candidatando, ou para suplente, ou para titular. **Sra. Ana Maria** – Pela explicação da Denise, pode tanto Movimento Popular quanto Sociedade Civil fazer parte. Só não pode sair daqui à indicação do Poder Público. Então, eu pergunto aos senhores se têm já os candidatos a titular e suplente da Sociedade Civil ou dos Movimentos Populares. **Sr. Rafael** - Eu sou Rafael, conselheiro suplente, e gostaria de me candidatar, para titular ou suplente. **Sra. Ana Maria** – O Rafael está se colocando aqui como candidato à vaga de titular ou suplente no FMSAI. O Rafael é da Assessoria Técnica do PEABIRU. (Pausa) Dra. Vera, temos uma pergunta, que veio à mesa. O Rafael é nosso conselheiro suplente. Ele pode ser indicado como conselheiro no FMSAI, como titular? É uma indicação do membro do conselho. **Dra. Vera** -Se for indicado, sim. **Sr. Dito** - A nossa sugestão de indicação é o Rafael, na titularidade, e a Eliete, que é

imprensaoficial Autoridade Certificadora Oficial do Estado de São Paulo CASA CIVIL GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br terça-feira, 2 de setembro de 2014 às 03:53:03.